

OFICINAS DE GÊNERO COM GRUPO DE ADOLESCENTES E MULHERES

Originais recebidos em: 13/07/2009

Aceito para publicação em: 17/12/2009

Teresa Kleba Lisbo

tkleba@gmail.com

Angelica Carlos Sebastião

gege.cs@gmail.com

Larissa Brand Back

larissa_back@hotmail.com.br

Resumo

Esse artigo apresenta os resultados do Projeto de Extensão “Oficinas de Gênero com Grupo de Adolescentes e Mulheres” desenvolvido junto às comunidades do Mont Serrat e Jardim Zanelatto, de março a dezembro de 2008. Foram trabalhadas quinzenalmente Oficinas com diversas temáticas como “violência contra a mulher”, “corpo e sexualidade”, “modelos de família” e outras, através de dinâmicas que propiciaram a participação das adolescentes e mulheres com vistas à emancipação. A intervenção do Serviço Social junto aos Grupos mencionados proporcionou ao grupo, professora e acadêmicas bolsistas de Extensão, vivenciar uma prática colocando o saber adquirido na Universidade a serviço das pessoas excluídas.

Palavras-Chaves: Relações de gênero. Oficinas de vivência. Cidadania.

Abstract

This article presents the results of our Project of Extension called “Gender workshops with teenager and women” started in two communities of the city Florianópolis/SC. We worked about themes selected by the participants: “violence against women”, “body and sexuality”, “Models of families” and other, with dynamics, objecting the participation from teenagers and women in fact of their emancipation. The intervention of Social Work was extremely important because our practices put our scientific knowledge in service to excluded people.

Keywords: Gender relationship. Workshops. Citizenship

INTRODUÇÃO

O Projeto “Oficinas de Gênero com Grupo de Adolescentes e Mulheres”, desenvolvido nas comunidades de Mont Serrat e Jardim Zanelatto de março a dezembro de 2008, foi uma iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE, coordenado pela Professora Dra. Teresa Kleba Lisboa, e contou com a parceria de integrantes do Fórum Estadual Lei Maria da Penha. Teve como principal objetivo despertar a consciência de adolescentes e mulheres sobre os seus direitos, e,



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

através de discussões e conversas abertas, motivá-las a participar do processo de construção da cidadania com vistas à emancipação pessoal e política.

Para nós, professora e acadêmicas do curso de Serviço Social, vivenciar a prática junto aos grupos nas comunidades de periferia constituiu-se um grande desafio. Alicerçadas no Projeto ético-político de nossa profissão, tivemos como norte propiciar um espaço para as adolescentes e mulheres socializarem suas experiências e compartilharem questões ligadas às situações do cotidiano. Ao escutar suas demandas, encaminhamos registros que se configuram como propostas de políticas públicas que garantam a proteção e manutenção dos seus direitos. Atuamos durante todo o projeto com o propósito de conscientizar as integrantes em relação aos seus direitos, para que possam participar como sujeitos sociais na construção de uma sociedade mais justa e livre de preconceitos.

Sob essa perspectiva analisamos que vivemos em uma sociedade complexa e contraditória, que possui padrões de comportamento hierárquicos entre homens e mulheres, reafirmando uma “dominação masculina”. Constata-se que a diferença sexual tem sido utilizada, deliberadamente, para justificar a desigualdade social. Essa problemática traz a tona situações que estão presentes no cotidiano de grande parte das mulheres, e se agrava quando os sujeitos reconhecem sua submissão diante de um padrão biológico que acaba por determinar o seu *lócus*.

Partindo deste princípio, nosso Projeto de Extensão lançou um olhar crítico sobre as dimensões que as relações de gênero ocupam em nossa sociedade, pois “as relações de gênero são construídas a partir das diferenças sexuais, portanto, não são naturais. São criações da Sociedade. Sendo o gênero, portanto uma construção social, ele não se representa sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares [...] (CAMURÇA; GOUVEIA, 2000, p. 12).

Os papéis atribuídos aos homens e mulheres são consequências dessa construção histórico-cultural que se configura com base nas relações de poder. Segundo Foucault (1998), onde há exercício de poder, há resistência. A resistência acontece quando as mulheres também se rebelam em função da opressão, utilizando estratégias que as tiram da posição de vítimas.

Conforme Louro (1997), é preciso desconstruir o “caráter permanente da oposição binária: masculino-feminino”, ou seja, desconstruir os papéis atribuídos de forma rígida e diferenciados, entre homens e mulheres. Essas dicotomias são percebidas constantemente nas experiências do cotidiano e, através do projeto, trabalhamos com a perspectiva de desconstruir essa “oposição binária” que perpassa as relações de gênero. Através das oficinas, cada qual com um tema gerador, proporcionamos às participantes uma aproximação ao exercício de empoderamento, ou seja, tentamos mostrar a cada uma o quanto é importante possuírem autonomia e poder de decisão sobre suas vidas. Estimulamos as mulheres e adolescentes a lutarem por seus direitos, indo ao encontro do verdadeiro sentido de cidadania, ou seja, deixamos claro que a cidadania vai além de um conjunto de direitos e se concretiza justamente através da participação e da experiência partilhada gerando ideias comuns em um determinado grupo.

MATERIAL E MÉTODOS

Para concretizar esse Projeto, realizamos contato com o Fórum Estadual Lei Maria da Penha, com a Assistente Social do Colégio Municipal e Marista de São José e com a Assistente Social do Centro Social Marista no Mont Serrat. Agindo conjuntamente, agendamos as reuniões primeiramente na comunidade do Mont Serrat e posteriormente no Jardim Zanelatto. No primeiro encontro, expomos nossa proposta de trabalho, bem como, fizemos um levantamento sobre as demandas de cada comunidade para assim planejarmos cada reunião de acordo com as necessidades apontadas democraticamente.

Procuramos trabalhar com um material didático variado, usando diferentes mecanismos para tornar cada oficina atraente e instrutiva. Utilizamos material audiovisual como: vídeos, documentários, músicas, reportagens de revistas e jornais, dinâmicas que empregavam materiais como argila, tinta-guache, cartolinas e colagens.

A oficina sobre a Lei Maria da Penha teve a participação especial de um Juiz que integra o respectivo Fórum, e da coordenadora do Fórum Lei Maria da Penha, que na ocasião apresentaram a Lei e explicaram as principais dúvidas das participantes. Durante a

Oficina, muitas integrantes relataram suas situações de violência, compartilhando com as demais pessoas do grupo. Professora e acadêmicas de Serviço Social, como operadoras de direitos, procuramos divulgar a Lei Maria da Penha, explicando os artigos, discutindo com as mulheres possíveis estratégias e motivando-as a fazerem denúncias, em casos graves.

Depois de trabalharmos a Lei Maria da Penha, solicitamos que as participantes sugerissem outras temáticas que pudessem ser desenvolvidas ao longo do semestre. Assim, foram trabalhados os seguintes temas: autoestima, doenças sexualmente transmissíveis, preconceito, discriminação, racismo, segregação, intolerância, machismo/feminismo, homofobia, corpo e sexualidade, criminalização do aborto, direito das mulheres, modelos de família e direitos dos idosos e aposentadoria.

Para trabalharmos o tema sobre autoestima, realizamos a dinâmica do espelho, ou seja, colocamos um espelho dentro de uma caixa de presente. O grupo não sabia o que havia dentro da caixa, porém, cada integrante, ao abri-la visualizava sua imagem! Enfatizamos que o que havia dentro da caixa era um presente muito especial, o que de mais rico uma pessoa pode desejar: a vida espelhada em cada ser humano. Muitas mulheres ficaram surpresas com o que viram e até emocionadas dizendo: “É muito diferente se olhar nesse espelho, a gente se olha todo dia e nem nota que somos um presente”; “Sempre que eu me olho no espelho eu digo que me amo. Foi assim que eu consegui sair da depressão”.

Nesse mesmo dia, também trabalhamos com a dinâmica do novelo de lã, que teve a intenção de elevar ainda mais a autoestima dos participantes, reforçando a confiança e o sentimento do grupo, contribuindo para que todas se conhecessem melhor. O grupo permanece de pé, em círculo, e o novelo de lã é desfeito, na medida em que cada participante o joga para uma integrante do círculo e profere uma palavra de elogio para aquela pessoa. As palavras mais proferidas foram: simpática, amiga, solidária, alguém em que posso confiar, dentre outras.

Na oficina sobre doenças sexualmente transmissíveis, convidamos a Assistente Social do GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS – que sintetizou as principais doenças através de figuras e, posteriormente, de uma forma bem descontraída, demonstrou a utilização dos métodos preventivos e os distribuiu para os participantes. Conhecendo o conteúdo das lâminas que seriam apresentadas, antes de passarmos a palavra para a representante do GAPA, fizemos uma explanação sobre as figuras que iriam aparecer:

órgãos sexuais e partes de órgãos sexuais, apresentando doenças como sequelas do HIV e outras, alertando-as sobre possíveis reações. No final do encontro, várias delas mencionaram que ficaram chocadas, mas que foi importante conhecer as doenças, pois assim, elas iriam preocupar-se mais com a prevenção do vírus HIV. Uma coisa que chamou atenção, principalmente pelo tamanho, foi o preservativo feminino, pois a maioria delas o desconhecia e constataram que é mais difícil introduzi-lo, do que o masculino.

Para discutirmos as categorias preconceito, discriminação, racismo, segregação, intolerância, machismo/feminismo e homofobia utilizamos revistas para recorte, cola e papel, pois a intenção da dinâmica era que os participantes recortassem das revistas situações que explicitavam umas das categorias citadas. Ao indagarmos sobre as figuras, muitas participantes relataram fatos pessoais que vivenciaram. Uma integrante, diante da figura de um homem de terno e gravata, ressaltou: “Quando o homem aparece, seja na televisão, revistas ou jornais, ele sempre está bem vestido e com carros, e as cenas mais frequentes de mulheres é ela em casa de avental e com dois filhos pendurados na saia.” Outros retrataram a discriminação e o preconceito: “Eu trabalhava na polícia, mas tive que mudar de setor, pois desconfiavam que eu pudesse levar informações do meu trabalho para a minha comunidade, pois o morro aqui tem má fama”; outro depoimento: “Uma vez, quando eu peguei um táxi e pedi para ele subir o morro, antes de entrar no carro, o motorista exigiu que eu mostrasse o dinheiro do pagamento antes de me levar.” Diante de figuras de mulheres magras e bem vestidas, uma integrante colocou seu ponto de vista: “estilistas, lembrem-se de nós, gordinhas, também queremos ficar na moda, queremos ser *sexy*, o nosso dinheiro vale o mesmo que dos magrinhos”.

Na oficina sobre corpo e sexualidade, cada integrante recebeu um bloco de argila, e pedimos para que elas modelassem seu corpo. Percebemos que muitas mulheres ainda têm vergonha de retratar suas curvas e muito “tabu” em relação aos órgãos genitais. A maioria das mulheres modelou o seu corpo com formas retilíneas e utilizaram pedaços de jornal para simbolizar a vestimenta que cobria tanto os seios das mulheres como os órgãos genitais femininos e masculinos. Pouquíssimas participantes produziram sua imagem real na argila, o que demonstra que a maioria delas ainda tem dificuldades em relação ao seu corpo e a sua sexualidade. Salientamos que a sexualidade precisa ser vista como algo natural, deixando de ser um tabu. Falamos sobre a importância da desconstrução dos papéis

atribuídos à sexualidade feminina. A mulher precisa reconhecer que possui vontades próprias, ter autonomia sobre seu corpo, conhecer seus direitos reprodutivos, só assim ela poderá se amar e se respeitar.

Abordamos também um tema bem polêmico, em uma de nossas oficinas: a questão da criminalização do aborto. Neste dia, entregamos um pedaço de papel para cada integrante, e solicitamos que elas expressassem a sua opinião sobre o aborto em apenas uma palavra. As palavras mais mencionadas no papel foram: crime, ódio, raiva, irresponsabilidade, pecado. Em círculo, pedimos para cada uma falar sobre a palavra que escreveu, e os principais depoimentos foram: “uma cunhada que fez três abortos, compra remédio na farmácia, toma, fica com hemorragia e tem que ser levada para o hospital. Eu tenho muita raiva dela porque, ao invés de evitar a gravidez, ela engravida e faz um aborto atrás do outro”. Outra participante relatou: “eu tive aborto espontâneo de gêmeos, a sensação é muito ruim, pois os outros achavam que eu tinha provocado e me culpavam.”

A partir destes depoimentos, começamos a falar sobre o aborto no Brasil, sobre quando o aborto é legal, ou seja, o aborto é permitido em três situações: em caso de anomalia fetal, estupro e risco de saúde da mulher.

Explicitamos que os valores incutidos nas falas de cada uma são decorrentes da formação, dos valores transmitidos pela família, pela religião que geralmente caracteriza o aborto como pecado. Refletimos, ainda, sobre os índices de mortalidade materna decorrentes de abortos provocados de forma insegura ou clandestina, sobre os métodos caseiros, como chás, remédios, objetos pontiagudos. Salientamos que a nossa discussão não tinha como objetivo demarcar quem é a favor ou contra o aborto, mas sim, que estávamos ali para refletir com elas sobre o grau de autonomia das mulheres sobre as decisões que devem tomar sobre o corpo e a sexualidade. Também refletimos sobre as diferenças em relação às responsabilidades dos homens e das mulheres em relação ao aborto, uma vez que, para engravidar, ambos são sujeitos da ação. E depois, como é que fica? Geralmente a carga de uma gravidez indesejada deverá ser assumida somente pelas mulheres! Algumas ficaram bem “mexidas” com o que foi explicitado, mas concordaram com o fato de que é a mulher que deve tomar as decisões sobre o seu corpo e que para a mulher chegar a fazer um aborto não deve ser fácil!

Outra oficina que chamou muita atenção das integrantes do grupo foi a sobre os direitos das mulheres. Nessa oficina, escrevemos os doze direitos das mulheres estabelecidos pela ONU em pedaços de papéis: direito à vida; direito à liberdade e a segurança pessoal; direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação; direito à liberdade de pensamento; direito à informação e a educação; direito à privacidade; direito à saúde e a proteção desta; direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família; direito à decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los; direito aos benefícios do progresso científico; direito à liberdade de reunião e participação política; direito a não ser submetida a torturas e maltrato. Entregamos um papel correspondente a um direito a cada mulher, que procederam a leitura para o grande grupo e todas participavam dando suas opiniões. Ao final da oficina, as mulheres enfatizaram que gostaram de saber sobre seus direitos, e sobre a troca de experiências que a oficina proporcionou.

Ao abordarmos o assunto sobre modelos de família, iniciamos a oficina de vivência com perguntas para proporcionar uma reflexão acerca dos ambientes mais comuns em que as famílias estão inseridas e como estas se apresentam hoje. Foram elencadas organizações como igreja, escola, mídia, lugares estes, que as famílias se configuram através de um modelo estereotipado, não considerando as diversas configurações que assumem em nossa sociedade. A Professora questionou esse modelo tradicional e de unidade – pai, mãe e filhos – e propôs a desconstrução desta unidade através de outros exemplos. Interagindo com as participantes, propomos a dinâmica de corte e colagem, para que elas representassem suas famílias através de gravuras. Ao apresentar a atividade, surgiram alguns comentários como: “União e coração em uma só emoção”; como uma colagem de uma colcha de retalhos “Assim é minha família, todos pensam e agem diferente”.

A Oficina que abordou a temática sobre “Os Direitos dos Idosos e Aposentadoria” transcorreu de forma que cada participante expusesse suas dúvidas e, em seguida, a equipe buscava responder. Percebeu-se que o assunto motivador da participação dos integrantes foi o interesse pelo assunto do direito à aposentadoria, com ênfase em esclarecimento sobre os benefícios da previdência social. Também entregamos aos participantes uma cartilha sobre os direitos dos idosos.

No final do ciclo de oficinas, tanto na comunidade do Monte Serrat, quanto do Jardim Zanelatto, realizamos uma confraternização entre os grupos de mulheres,

professora, assistentes sociais e estagiárias. Nesta também aproveitamos para avaliar nosso projeto. A dinâmica de avaliação consistia em três perguntas básicas: o que elas acharam do projeto, o tema que mais gostaram e sugestões para um próximo trabalho de grupo. Obtivemos respostas como “essa experiência de grupo foi muito importante para nós”; “gostei de todas as oficinas, todos os temas foram interessantes, aprendi muito”; “espero que continue no ano que vem, pois esses tipos de grupos fazem falta aqui para nós”. Foram sugeridas abordagens de temas como drogas, abuso sexual e pedofilia. Encerramos a reunião entregando a elas os certificados de participação, e todas ficaram agradecidas e contentes.

As oficinas aconteciam a cada 15 dias, nas terças-feiras a partir das 19 horas com duração de aproximadamente 2 horas. Ambos os grupos (do Mont Serrat e Jardim Zanelatto) formaram-se com pessoas que se identificavam com as temáticas e contribuíam com a discussão através de depoimentos, experiências e saberes. O debate fluía naturalmente, fazendo com que as oficinas se tornassem espaços de amizade, respeito e confiança mútua.

RESULTADOS E ANÁLISE

No decorrer do projeto, percebemos que os resultados foram adquiridos gradativamente frente às questões abordadas. As participantes que compareciam às oficinas socializavam experiências e constatavam assim que não estavam sozinhas em relação à determinados problemas como: a violência intra-familiar, discriminação, seus atuais modelos de família, seu corpo, entre outros. Sentiam-se mais seguras e motivadas para enfrentar a realidade e lutar pelos seus direitos. Frases como: “O homem não bate porque bebeu, porque senão ela já começaria batendo no dono do bar, ele bate para mostrar que manda”, ficaram marcadas para reflexão. A oficina sobre violência, na qual contamos com a participação do Juiz para interpretar a Lei Maria da Penha teve resultados muito positivos na medida em que oportunizou as mulheres a exporem suas dúvidas. O Juiz foi

extremamente didático na sua intervenção, pois conscientizou e esclareceu as mulheres sobre seus direitos em relação à violência doméstica.

Segundo a Lei n. 11.340 -Lei Maria da Penha Art 5º :

[...] configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial têm manifestado um problema mundial que demonstra a tamanha desigualdade entre os sexos, permeados por autoridade, privilégios e domínio. (BRASIL, 2006)

Essa violência foi visivelmente percebida nos diversos depoimentos das integrantes, como por exemplo, na nesta fala: “Eu conversava com as pessoas e todo mundo dizia que ele era um cara trabalhador e que essas brigas eram normais, ele me torturava muito e torturava meus filhos também, um dia eu cheguei em casa e meu filho tava todo cheio de manchas vermelhas; meu marido tinha tentado estrangular ele! Mas a gente vai adiando na esperança de que vai melhorar”. Comentamos que a maioria dos agressores são pessoas aparentemente boas e de fácil convívio e isso acaba se tornando uma grande cilada, pois a situação geralmente se agrava e foge do controle.

Outro resultado muito importante foi o fato de publicizarmos os mais diversos direitos das mulheres, os direitos estabelecidos pela ONU, direitos previdenciários, direitos reprodutivos, enfatizando a importância de lutarem pela sua cidadania. Uma integrante enfatizou o uso de anticoncepcional: “A Igreja proíbe a pílula, mas se não toma, fica cheia de filhos e quem vai cuidar? O Padre?”.

Através da participação e dos depoimentos ressaltados em cada oficina, e principalmente na dinâmica de avaliação, constatamos possibilidades de empoderamento e emancipação das Mulheres frente às demandas do cotidiano.

Conforme Lisboa (2007),

[...] o empoderamento é um processo pelo qual pessoas ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações problemas e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como sócio-estruturais.

Ainda que um processo de mudança leve tempo para se concretizar, sentimos, através das falas das mulheres, que o primeiro passo já foi alcançado como podemos constatar através dos depoimentos: “Somos trabalhadoras, domésticas, amantes, mulheres e mães”; “Aprendi muita coisa agora sei o poder que tenho”; “Eles só percebem quando a gente não está em casa quando o almoço não está pronto, a rotina deixa as pessoas assim. Nós, mulheres, temos a nossa rotina, mas temos que ter preocupação conosco, temos que nos querer bem, e nos amar acima de tudo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das oficinas proporcionou um trabalho integrado entre o curso de Serviço Social da UFSC, ONGs, Movimentos Sociais envolvidos nas temáticas abordadas e moradores das comunidades. Da mesma forma, a intervenção do serviço social junto aos grupos de mulheres das comunidades de periferia proporcionou a nós, professora e acadêmicas bolsistas de extensão, vivenciar uma prática colocando o saber adquirido na universidade a serviço das pessoas excluídas, que, segundo Sposati (1999, p. 67):

A exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar, o que leva a vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população. Por isso é uma exclusão social e não pessoal. [...] A exclusão social é aqui entendida como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não-equidade, a não-acessibilidade, a não-representação pública como situações multiformes.

A experiência proporcionada pelo projeto estabeleceu a mediação entre os instrumentos teórico metodológico e éticos-políticos da profissão. Dessa forma, à guisa de conclusão, salientamos a importância de Projetos de Extensão que visam estabelecer uma relação da comunidade com a academia, pois é através dessas experiências que conseguimos exercer a práxis profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10 mar. 2008.

CAMURÇA, Silvia; GOUVEIA, Tatiana. O que é gênero. **Cadernos SOS Corpo**, Recife: UTE Feldmann, 2000.

LISBOA, Teresa Kleba. Oficina de gênero. In: SEMINÁRIO NACIONAL “MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA”, 2., 2007, Florianópolis: UFSC, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização da economia e processos de Exclusão Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Capacitação do Serviço Social e Política Social. **Caderno do CFESS**. Brasília, módulo 01, p. 60-76, 1999.